

A ESCOLA COMO AMBIENTE ACOLHEDOR NO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO SOCIAL-AFETIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE DESVINCULO FAMILIAR

SHERLON CRISTINA DE BASTIANI

Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, psicopedagoga pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, pedagoga pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. E-mail: sherlondebastiani@gmail.com

MARIA TERESA CERON TREVISOL

Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, docente da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. E-mail: mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o papel/lugar da escola como um dos ambientes acolhedores de crianças e adolescentes em situação de desvinculo familiar. Em especial, na visão de 8 sujeitos que vivem em Acolhimento Institucional, medida protetiva e provisória aplicada em casos em que os familiares responsáveis não oferecem as condições de proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa para melhor atender a tratativa da coleta de dados com os sujeitos supracitados. Como ferramenta de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. Os resultados desta pesquisa mostram que os sujeitos atribuem importância à escola e ao estudo nas suas vidas, principalmente como possibilitadores de trabalho na vida adulta. Estudos dessa natureza buscam compreender os elementos que contribuem de forma mais adequada para prever, organizar e implementar projetos e atividades de intervenção no cotidiano escolar que contribuem para melhorias no ensino e no trabalho escolar.

Palavras-chave: Escola. Criança e adolescente. Desvínculo familiar.

SCHOOL AS A WELCOMING PLACE IN SOCIAL AND AFFECTIVE PROCESS OF RECONSTRUCTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH NO FAMILIAR BOND

ABSTRACT

The article discuss the paper/place of the school as one of the welcoming environments of children and adolescents in family unlinking situation. Especially, in view of 8 subjects living in Institutional Home, protective and provisional measure applied in cases where the family responsible not offer protective conditions contained in the Statute of Children and Adolescents, this way, the study approaches how the school like to children and adolescents in family unlinking situation. The research presents qualitative approach to better meet the analysis of data collected with the subjects cited. As data collection tool we used the semi-structured interview. The results of this research show that the subjects attaches importance to school and study on their lives, especially as enablers of work in adulthood. Studies of this nature seek to understand the elements that contribute appropriately to provide, organize and implement intervention projects and activities in school life contributing to improvements in teaching and schoolwork.

Keywords: School. Children and adolescents. Unlinking family.

Introdução: elementos explicativos

Quem são os nossos alunos? No início de cada ano letivo os professores buscam responder esta pergunta com relação aquela de lista de nomes que chega a mão dele para fazer a chamada. Conhecer os alunos é muito importante para que possamos nos aproximar de suas experiências de vida e de suas projeções. A princípio são todos iguais, seres humanos, bípedes, com encéfalo altamente desenvolvido e polegar opositor, mas ao mesmo tempo seres únicos, com características

peculiares. Diferenciam em seus planos genéticos de desenvolvimento, todos pertencem a mesma espécie (*filogênese*) que seguem um percurso de vida regrado (*ontogênese*), mas as diferenças entre si, aparecem, principalmente, ao considerarmos a sócio e a microgênese, ou seja, o ambiente e as experiências de aprendizagem que cada ser vivencia.

Ensinar requer um tato aguçado para perceber quando um aluno age de forma não corriqueira, compreender eventos que alteram o humor e a (pre)disposição para a aprendizagem. As tarefas que envolvem o educador e a escola vão muito além do ensino de conteúdos e cumprimento de currículos e horários.

O interesse pela pesquisa com crianças e adolescentes institucionalizados veio de uma experiência de trabalho de três anos no setor da Assistência Social. Lá frequentemente recebíamos crianças e adolescentes institucionalizadas, vinham de outras cidades, chegavam acuadas, com estranhamentos, aos poucos faziam amigos e começavam a criar confiança nos colegas e nos professor e de um dia para outro não mais apareciam, às vezes eram transferidos de unidades, às vezes tornavam à guarda das famílias. Também lá na Assistência Social vimos nossas próprias crianças e adolescentes sendo institucionalizados e reconstruindo suas vivências diariamente, tinham incertezas e esperanças, nem sempre sabíamos pelo que eles estavam passando. Vinham pedir ajuda, iam mal na escola, parece que desaprendiam números, letras... choravam quando não conseguiam fazer o tema, vibravam quando conseguiam e alguns, desistiam da vida. E quando isto acontecia, sempre penso que quem perdia éramos nós professores, nós educação, nós sociedade.

Então, novamente, quem são os nossos alunos? Estamos preparados para acolhê-los e ensiná-los?

Na relação indivíduo-Outro existe a formação de redes de apoio que pode ser, primeiramente, criada entre membros da família e, também, com pessoas com quem se relacionam frequentemente. Os membros da rede de apoio se configuram como referência na vida de um indivíduo, no caso de este ser uma criança ou adolescentes pensamos ser fundamental que se tenha alguém que se possa projetar como referência. Ser referência de alguém requer conhecimento e reconhecimento de outrem, relação de confiança, amizade e respeito. Questionamo-nos, no entanto, nos casos de perda da referência, por quais processos sociais e psicológico a criança e/ou o adolescente em situação de desvinculo familiar passa até restabelecer as relações de referência e confiabilidade e como esse tipo de situação afeta o sujeito psicologicamente, como se reflete na vida, nos estudos, nos afazeres diários.

A definição de um problema de pesquisa começa com a consideração destes seres que são sujeitados a tal situação descrita. Ao pensar nas profundas mudanças de ordem social, psicológico e emocional que envolve uma situação de desvinculo familiar, mesmo que apenas por um período.

Aqui faremos um recorte para discutir qual é o papel ou o lugar da escola para crianças e adolescentes em situação de desvinculo familiar, como se projeta, qual a importância que a mesma assume na vida destas crianças e se ela se configura ou não como um ambiente acolhedor e favorável à resiliência.

A pesquisa torna-se interessante aos profissionais envolvidos na área da educação e da psicologia. No campo da educação, o conhecimento sobre o aluno, o sujeito aprendente com o qual se vai trabalhar no ano letivo é indispensável para qualquer profissional envolvido com os processos de educação e de formação (direção, coordenadores pedagógicos, docentes e psicopedagogos). O diagnóstico inicial, feito pelos profissionais de educação, sugere o reconhecimento do que estas crianças e adolescentes pensam, como pensam e que elementos consideram importantes em sua trajetória de vida, tanto aspectos do passado como do presente e do futuro, pois, este conjunto de informações demarca como se comportam e elucidam os esforços que dirigem para o aprendizado, como se relacionam e que valor atribuem às relações interpessoais, o estudo e outros aspectos da vida.

O estudo desenvolvido caracteriza-se como qualitativo para melhor atender a subjetividade dos sujeitos que compõem a amostra desta pesquisa, de acordo com Martins (2004, p. 292), a pesquisa qualitativa “[...] consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.”

Neste estudo faremos a análise de falas colhidas por meio de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos sujeitos que compõem a amostra. Os sujeitos da pesquisa são 8 crianças e adolescentes, de faixa etária entre 8 e 15 anos, atendidos pelo Serviço de Acolhimento Institucional de dois municípios do oeste de Santa Catarina. Se encontram em idade escolar e, portanto, cursando o ensino fundamental, estão em situação de acolhimento institucional a menos de um ano. Dentre os sujeitos participantes, um deles apresenta quadro de atraso de desenvolvimento neuropsicomotor caracterizando Deficiência Mental Leve devido a Ectasia do Sistema Supraventricular, limitações físicas de movimento devido a atrofia e perda fecal decorrente de falta de músculo retal.

A aproximação com as instituições acolhedoras, duas instituições do oeste catarinense escolhidas aleatoriamente, deu-se, primeiramente por contato telefônico quando foi agendado um momento de conversa com a pessoa que representa a instituição. Foi realizada uma breve visita à instituição acolhedora a título de conhecer as crianças e adolescentes e, a partir desta, foi marcada a data de realização das entrevistas. A participação foi voluntária, foram convidados a participar todos os que tinham de 6 anos de idade para mais.

A entrevista semiestruturada continha questões abertas, a opção por este instrumento se deu pela possibilidade que ela tem de ser (re)estruturada ou suprimida no momento da aplicação, conforme se desenvolve o clima da entrevista com sujeitos diferentes, sobre este tipo de ferramenta Bogdan e Biklen (1994, p. 135) escrevem “Nas entrevistas semiestruturadas fica-se a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos [...]” dados coletados na entrevista foram registrados por meio de anotações e gravados, após foram transcritas e organizadas em um quadro sintético de forma a aproximar as respostas dos sujeitos e facilitar as análises. Foram consideradas todas as respostas que se mostraram coerentes com a pergunta feita e foram aproximadas as respostas de mesmo conteúdo.

A instituição família

Família é uma instituição social, é uma organização de pessoas em torno de laços sanguíneos ou afetivos. Souza, *et al* (2002, p. [?]) nos traz a significação do termo “Família é nome feminino e data do século XIV. Família vem do latim “*famulus*” que quer dizer escrevo doméstico. (Engels, 1997).”

Ariès (1981) quando se propõe a fazer o resgate histórico do sentimento de família na sociedade encontra grande abertura nas representações iconográficas de família a partir do século XVI e dentre as representações analisadas, a família se encontra sempre com a presença de filhos e pais, daí a ideia que perpetua séculos de um modelo de família. Em meio aos escritos de Ariès (1981, p. 152), em *História Social da Criança e da Família*, encontramos alguns termos para definir os dois tipos de família observados no decorrer dos séculos. O primeiro modelo de família é o chamado de *família patriarcal*, neste modelo a família reúne mais de uma geração, e um segundo modelo observado é a família conjugal, neste modelo a família é formada pelos pais e seus filhos. A família patriarcal é o que a literatura trata por *linhagem* (laços de sangue) e, a família moderna, de *mesnie*¹, como aponta Ariès (1981, p. 143, *grifo do autor*):

A ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que se estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral.

A família moderna tem espaço concreto na história, comenta Souza *et al* (2002, p.[?]) que a família como gênero moderno e santificação da vida leiga “[...] surge com o casamento religioso,

¹Os termos “linhagem” e “mesnie” são tratados pela literatura, encontrados em Ariès (1981), no livro “História Social da Criança e da Família”, e em Arcoverde (2002), no livro “Mediação de Conflitos e Família: Uma Visão Psicossocial da Intervenção Judiciária”.

aparece na Idade Média – séculos XVI e XVII, onde família significa (mesnie) e linhagem (laços de sangue). Até então, o sentimento de família era desconhecido, só contava a linhagem.

Assim, a família se constitui historicamente como matriz da sociedade. É em torno dela que se estruturam os serviços de saúde, educação e segurança. A família representa a garantia de sobrevivência, desenvolvimento e proteção aos filhos, e a provedora dos primeiros vínculos sociais, biológicos, afetivos e emocionais. E este processo histórico da constituição da família que sugere que ela tenha um papel social composta na área de estudos das representações sociais² que a consagra como tal: provedora do desenvolvimento social, afetivo, biológico e psicológico de sua prole, provedora da educação que construirá o ser que é o futuro da sociedade.

De acordo com Gomes e Pereira (2005, p. 358),

É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais e, onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Os autores deixam neste registro o fundamento da educação que é de responsabilidade da família como vem citado nas leis (por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a própria Constituição) que dissertam sobre os processos de educação na sociedade brasileira.

Perdas e danos: a consequência da institucionalização e do abandono

As situações de desvinculo familiar podem acontecer de “n” formas. Ao falarmos em desvinculo pressupões que outrora devera ter existido um vínculo, pudesse ter sido ele biológico (físico), social ou afetivo. Uma criança pode ser criada por outra família ou em uma instituição o que caracterizará um quadro de desvinculo com a família biológica. Se falarmos de crianças e adolescentes que passaram parte de sua vida com a família e que por ordem de lei, ou outras causas, são abrigadas em instituição, surge um quadro de desvinculo familiar de caráter biológico, social e afetivo. Aqui há um sentimento de orfandade, descrita em Weber (1996, p. 38),

A criança pode ser abandonada por desaparecimento ou morte de seus pais, o que a torna fisicamente órfã. Porém, segundo Simpson (1990), a orfandade pode ser também **emocional** e **espiritual**, pois mesmo com a presença física dos pais, ou pelo menos um deles, a criança pode ter o sentimento de ser órfã.

Para diferenciar o sentimento de orfandade emocional e espiritual, Weber (1996, p. 39, *grifo do autor*) explica que “Parece que na **orfandade emocional existe uma incapacidade da mãe em**

²Representações sociais são vistas como um constructo social, são representações que se estabelecem em meio às relações sociais do dia-a-dia. “As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano.” (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

atender seus filhos e, na orfandade espiritual existe uma decisão dos pais em não atendê-los e abandoná-los de fato.” De todo modo, Simpson (1990, p. 241) enfatiza que “o dano emocional não é fácil de ser medido, porém mães vivas, mas fisicamente ausentes provocam uma grande ferida em seus filhos que tende a embaralhar os sentimentos da criança [...]” (WEBER, 1996, p. 39).

Destacamos o importante papel que a criação de *vínculos* tem em meio à família,

O estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o locus para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos. (GOMES, PEREIRA, 2005, p. 359).

É deste modo que colocamo-nos a refletir sobre as diferentes facetas que envolvem a instituição família, uma vez que ela (ou um membro dela) decide pelo abandono de um filho estará deixando de cumprir com seu papel ou função estruturada historicamente, de outro modo, quando ela deixa de ser o espaço adequado para o desenvolvimento de sua prole, terá a intervenção do sistema jurídico que tomará a decisão da separação pais-filhos. De todo modo, separação pais-filhos dificilmente poderá ser considerada como algo bom, talvez funcional por certo período, o que é certo é que nenhuma criança separada de seus pais manter-se-á em equilíbrio emocional.

De acordo com Costa (2014, p. 52) “A família é unidade básica da sociedade formada por sujeitos com ancestrais em comum ou ligados por laços afetivos.” Destaco nesta concepção os dois elementos que se apresentam antes e depois da conjunção “ou”. Temos então que, uma família pode ser formada pelo laço sanguíneo e, que pode se estabelecer envolta a laços afetivos.

Sob ótica de experiência conhecidas podemos dizer que os laços afetivos são mais duradouros que o próprio laço sanguíneo, sem considerar que existam tipos de amor, mas no caso da existência dele (único e verdadeiro), supera-se o laço sanguíneo.

O que antes pode ser visto em Ariès (1981) e Souza (2005) demonstra que o tempo supõe transformações na estrutura familiar, ainda, Osório (2011, p. 19) conclui que a evolução da família apresenta-se sob três formatos “[...] a família nuclear (constituída pelo tripé pai-mãe-filhos), a extensa (constituída por membros com laços de parentesco em geral) e a abrangente (que inclui mesmo os não parentes que coabitem).” Estes autores escrevem sobre a perspectiva da evolução da família afirmando que “As variações e/ou mutações dessas três modalidades introduzem a discussão sobre a família na contemporaneidade.”

Hoje a literatura compreende diferentes tipos de organização familiar³: Família nuclear; monoparental; recasada; ampliada; não convencional; homoafetiva; de pais separados; de filhos adotivos; uniparental; sem filhos.

Independente do modelo de família que se tenha o papel social que ela representa perante a sociedade não mudará. A instituição família continua sendo a célula da sociedade.

Os sujeitos sujeitados ao serviço de acolhimento institucional⁴

A sujeição dos sujeitos ao Serviço de Acolhimento Institucional pode vir a ser condição de crianças e adolescentes que estiverem enfrentando situações de violação de direitos por parte de suas famílias. Logo, é importante entender quem são os sujeitos, crianças e adolescentes, a quem são referidas as entrevistas e de quem se quer elucidar ideias nesta pesquisa, pois cada fase da vida ditará valores, atitudes e comportamentos diferenciados quanto a situação de estar acolhido institucionalmente.

Assim, de acordo com a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 2º, traz a seguinte redação: “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Logo, temos uma referência de faixas etárias para compreender os sujeitos desta pesquisa.

O direito das crianças e adolescentes de viver com a família está descrito em várias linhas da redação do ECA, em especial no capítulo III “Do direito à convivência familiar e comunitária”, dentre as disposições gerais encontramos a ressalva de que toda criança ou adolescente deve ser criado e educado no seio da sua família, seja ela natural ou substituta, desde que a mesma ofereça um ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Registramos anteriormente que a criança ou adolescente acolhido por instituições está nesta condição por ter sua família violado seus direitos, para entendermos melhor esta condição de acolhimento, recorremos ao ECA, Art. 19, explica que:

§1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de

³ COSTA (2014); LADVOCAT (2011); OSÓRIO (2011).

⁴O título nos traz um trocadilho que necessita ser explicado. Inicialmente considera-se o sujeito em um único sentido “pessoa”, e então temos o adjetivo “sujeitado” que se refere à uma condição deste sujeito/pessoa. Uma breve consulta ao dicionário nos dá uma ideia sobre o adjetivo escolhido, sujeitado vem do substantivo “sujeição” que significa “estado de dependência”, “submissão”. Consultas: <<http://www.dicionarioaurelio.com/sujeicao>>; <<http://www.dicio.com.br/sujeicao/>>. Assim, a condição de sujeitado à remete a condição de ser abrigado à, ser submisso à, de todo modo estar sujeitado é uma condição que pejora o ser humano, anula sua autonomia e é nesse sentido que apresentamos o título, no intuito de representar as obrigatoriedades as quais os sujeitos humanos são submissos durante suas vidas, mesmo sem querer.

reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei⁵. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23⁶, dos incisos I e IV do caput do art. 101⁷ e dos incisos I ao IV do caput do art. 129⁸ desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Em suma, o ECA orienta que a criança deve ser retirada do convívio familiar quando este não assegurar, respeitar e preservar sua integridade física, psicológica e moral e que a retirada é, num primeiro momento, temporária e acompanhada judicialmente, por instituições de assistência social CRAS e CREAS e, comunitárias, como os conselhos. Enquanto os filhos são protegidos pelo Serviço de Acolhimento Institucional, a família tem um tempo para adequar sua condição de acolhimento de seus filhos mediante acordos judiciais e acompanhamento da Assistência Social, que inclui o recebimento de benefício de prestação continuada e orientação da equipe técnica de referência (Psicóloga e Assistente Social).

Enquanto a criança ou adolescente é atendida por instituições de acolhimento serão mantidos seus direitos referente à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária. Ou seja, continuará frequentando a escola, os programas de proteção a família, como é o caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS⁹, cursos profissionalizantes e terá visita dos membros da família, se assim lhe for permitida pelo sistema judiciário.

Queremos ressaltar, no entanto, as profundas transformações nas vidas das crianças e adolescentes sujeitadas ao Acolhimento Institucional e a necessidade de um acompanhamento psicológico, como previsto no ECA, inciso III do art. 129.

⁵Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

⁶Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. (Lei nº 12.010, de 2009).

⁷Art. 101. [...]

I – encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, a criança e ao adolescente;

⁸Art. 129. [...]

I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II – inclusão em programa oficial ou comunitário de proteção à família;

III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

⁹O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é oferecido pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), nas modalidades de 0 a 6 anos, 6 a 14 anos, 15 a 17 anos, Idoso e Deficiente.

Análise e discussão dos dados coletados

O contexto das crianças e adolescentes investigados e apresentados aqui nos leva a pensar com mais profundidade sobre as configurações na vida destes sujeitos, nos leva a pensar nas intangíveis mudanças de ordem emocional, psicológica e social que eles enfrentam.

Um aspecto que consideramos importante abordar é o esclarecimento situacional por parte destes sujeitos ante os fatos que o conduziram até a instituição acolhedora e o que é necessário para que dela possa sair. Sobre ter conhecimento dos motivos que os levaram a estar em condição de acolhimento institucional notamos que os de maior idade, entre 12 e 15 anos, sabem os motivos.

Apenas um dos participantes se sentiu a vontade para contar, enquanto que a maioria disse não ter sido informado por parte da família, nem por parte das pessoas com quem convive na instituição acolhedora. O sujeito que expôs as motivações apresentou sua história da seguinte maneira:

Porque eu morava com meu pai e minha mãe. Meu pai e minha mãe brigavam muito, daí eu vim pra cá com a minha tia L., aí eu fiquei com a minha L. e aí eu fugia de casa porque eu tinha medo de apanhar dela e do meu tio e aí minha tia da prefeitura foi lá em casa buscar eu na rua e daí a minha tia mandou eu vim pro abrigo. (S5).

O fato de os que se encontram em situação de acolhimento institucional saberem ou não dos motivos variam muito, pois depende das partes envolvidas, o Conselho Tutelar ou a Promotoria ou a Equipe Técnica da instituição acolhedora explicitarem à eles.

Não há na legislação uma obrigatoriedade quanto ao contar ou não contar à criança ou ao adolescente o motivo de estarem sendo levados a uma instituição acolhedora. No entanto, o ECA trata que para qualquer caso de intervenção familiar cabe uma medida de proteção específica, e dentre elas temos, no art. 100, inciso XI

XI. obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsáveis devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Enfim, o acolhimento institucional é a última medida de proteção que pode ser tomada com relação ao trato com crianças e adolescentes que tem seus direitos violados e neste processo estão envolvidos órgãos governamentais e não governamentais como escreve o inciso V, do art. 88, do ECA, “V - integração operacional de órgãos do judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente de um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional.”

Assim, temos a atuação das pessoas do juiz da infância e da adolescência, da promotoria, da polícia civil, do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e dos

conselhos: Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A Constituição Federal declara em seu Art. 277¹⁰, parágrafo 3º e inciso VI, a responsabilidade familiar e da sociedade quanto a segurança de crianças e adolescentes, a tratativa legal da política de proteção à crianças e adolescentes contida do ECA declara em seu art. 98 que

Art. 98. As medidas de proteção [...] são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III – em razão de sua conduta.

Em suma, primeiramente se deve investir na família de origem, através da aplicação de medidas específicas previstas no art. 129¹¹, inserção em programas como previstos no art. 90, incisos I e II¹², e medidas do art. 101¹³, visto que todos os artigos acima citados tratam de medidas que responsabilizam os pais ou responsável e algumas delas preveem o afastamento da criança ou adolescente de forma temporária do convívio familiar. Após esgotar as tentativas de manter a criança ou adolescente em sua família de origem, deve-se tentar a colocação em família substituta, neste caso, a preferência é dos familiares e este processo é determinado judicialmente, e, em última instância é que se aplica o acolhimento institucional.

A família para eles

Sobre o conceito/visão de família, as crianças e adolescentes relacionam família com o substantivo união. Ademais para os participantes família é quem cuida, quem cria os filhos, quem não abandona. Mesmo as crianças e adolescentes estando temporariamente sem a convivência

¹⁰ **Art. 227** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...]

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: [...]

VI - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; [...].

¹¹ São medidas aplicáveis aos pais e responsável previstas no art. 129, do ECA: I- encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII – advertência; VIII – perda da guarda; IX – destituição da tutela; X – suspensão ou destituição do poder familiar.

¹² Art. 90. [...] I- orientação e apoio sócio-familiar; II – apoio sócio-educativo em meio aberto;

¹³ Art. 101. [...] I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamentos temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras o toxicômanos; VII – acolhimento institucional; VIII – inclusão em programas de acolhimento familiar; IX – colocação em família substituta.

familiar, notamos que eles têm a intenção de voltar para o berço, como podemos averiguar nas falas dos sujeitos “É morar tudo junto. Vive junto.” (S1); “Família grande. Foi ela que crio nós” (S2); “Ta junto, um cuidar do outro. Nunca abandonar” (S3); “É tudo reunida, ficar todos juntos, sem amam, não brigam” (S5); “Tem umas família é feliz e outras que não. Que nem quando eu peguei e vim pra cá o meu pai ficou triste [...]” (S6); “Ah família pra mim é tudo né. É as pessoas que eu mais amo, o meu pai e os meus irmãos e é as pessoas que eu mais gosto e, tipo, o meu pai que sempre cuidou de mim e essas coisas” (S7).

Todos têm claro quais são os membros de uma família e que funções eles exercem (pais, filhos, irmãos) na educação, no cuidado, no acompanhamento. Apenas o S8 compreende que a família dele é a que o rodeia, o pessoal da casa de acolhimento.

Ocorre com este sujeito uma adaptação ao novo contexto demonstrando ser resiliente, Garmezy (1996 *apud* POLETTTO, *et al*, 2004, p. 241) escreve que “[...] a condição de resiliência é definida a partir da compreensão das consequências da exposição de adultos e crianças a fatores de risco: alguns poderão desenvolver problemas, outros podem superar as adversidades, adaptando-se ao contexto.”.

Os ambientes acolhedores e o papel da escola

Após uma breve exposição sobre como os sujeitos concebem suas famílias é que podemos pensar no quão pesaroso pode ser estar em situação de desvinculo familiar e, com isso, pensar no papel ou lugar que os ambientes acolhedores passam a ocupar na vida de cada um desses sujeitos.

Identificamos como ambientes acolhedores a casa de acolhimento, a escola e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), estes são espaços comuns de convívio para os sujeitos da amostra.

Sobre a instituição de acolhimento, as opiniões variam muito de criança para criança. O que se pode dizer a partir das falas colhidas é que as crianças têm maior facilidade de adaptação e aceitação na troca de ambiente e que os adolescentes se tornam mais inflexíveis e rebeldes à mudança.

As crianças dizem ser “legal”, pois brincam, “É legal. A gente brinca bastante” (S1, 8 anos). A maior parte dos entrevistados colocou sua opinião apontando como ruim e suas justificativas são de não poder sair e fazer o que se quer como tomar sorvete ou passear como podemos constatar na fala do S4: “Aqui, tipo, a hora que eu queria sair né, que eu não posso” (S4, 15 anos), e na fala do S3:

Ruim. Porque a gente não pode ir na sorveteria, não pode ir no mercado, não pode ta com o pai e a mãe, nem lá na minha vô, nem lá no meu irmão. E também, quando eu morava

com a mãe e o pai era bem bom. A gente saia tudo dia. Ali a gente não pode ir no mercado, não pode ir em lugar nenhum. Parece que tá isolado lá. (S3, 14 anos).

O que nos marca nas falas é a mudança de rotina que se tinha na casa da família de origem para o momento presente, fato que nos remete ao conceito de resiliência. Especialmente as pessoas que trabalham nestes locais tem a missão de receber, acolher, conviver e tornar a convivência harmoniosa, estas pessoas precisam saber lidar com as diferentes manifestações dos acolhidos e orientá-los.

A orientação é de suma importância especialmente aos que se encontram na fase da adolescência, na passagem da infância para a vida adulta que exige do adolescente que encontre o seu lugar no mundo, como comenta Coutinho e Rocha (2007, p. 75) “Entendemos que a adolescência envolve um novo encontro com o Outro da cultura que exige um trabalho subjetivo por parte do jovem – de reconhecimento do seu lugar e das suas possibilidades de ação no universo social do qual faz parte.”

Ladvoct (2011, p. 45) nos dá um significado para a situação de abrigo, que para nós é acolhimento institucional,

Essas crianças não podem conviver com sua família e por isso foram abrigadas. Podem ou não ser reintegradas às suas famílias de origem. Podem ou não ser adotadas por uma nova família. As crianças em situação de abrigo não estão em risco, pois estão protegidas pelo Estado. Mas não têm os seus direitos resguardados no que diz respeito à convivência familiar.

Diante disso, entendemos que o acolhimento é uma medida provisória, é uma forma de proteção enquanto a sua família natural passa por processo de reorganização até estar habilitada a promover a segurança da criança ou adolescente novamente. Ainda, no excerto deste autor descobrimos a instalação da dúvida quanto ao tempo de estadia na casa acolhedora e para onde irão depois daquele local.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço socioeducativo oferecido pelo Centro de Referência em Assistência Social de cada município e tem dentre o público prioritário crianças e adolescentes encaminhadas pelos serviços de proteção social especial (media e alta complexidade) como é o caso dos que são acolhidos institucionalmente. Assim, já que a pesquisa se propõe a estudar o contexto de vida das crianças institucionalizadas e, sendo o SCFV um meio de vivencia destas, foi incluída no roteiro de entrevista uma questão para que pudessem descrever como veem ou sentem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com relação a própria vida.

Os entrevistados disseram gostar do ambiente dos SCFVs onde são atendidos e o principal motivo é o de que podem realizar atividades variadas como jogar bola, conforme apontam os registros, o S1 diz “Eu gosto” e comenta que vai até o local “Pra aprende”, O S2 diz que “Que nós fazemos um monte de coisa diferente”, o S6 registra que “O Peti¹⁴ é bom. A gente faz atividades, e depois, quando nós chegamos nós vamos no computador e depois fazemos as atividades e depois vamos lá embaixo jogar bola”.

Os sujeitos S2 e S3 demonstram em suas falas um pesar “Eu gosto, só que os alunos ficam me incomodando. Ficam chamando a gente de órfã. (S3), “Os piá só ficam brigando com a gente, eu e o meu irmão” (S2). O que nos marca na fala destes sujeitos é uma questão relacionada ao convívio, que aqui não se deu harmonioso, o trato dos colegas para com eles mostra-se preconceituoso e desagradável. Situações como estas agridem a identidade e o desenvolvimento afetivo dos sujeitos desta pesquisa, muitas vezes escapam ao currículo projetado pela instituição, são marcas do movimento humano, da subjetividade de cada um, de uma cultura, no entanto, não se pode deixar que estas cenas de violência se naturalizem.

A escola é espaço de socialização de saberes, culturas e conhecimentos, é onde passamos boas horas de nossas vidas e vivenciamos experiências. Os entrevistados foram interrogados quanto ao sentimento que tinham com relação à escola, a questão pedia para descrever como viam a escola ou sua importância com relação à própria vida, assim, registramos “Eu gosto. Eu gosto pra aprender ler, escrever, ser alguém na vida” (S3), o comentário do S4 “Legal, a gente faz bastante coisa legal na escola. A gente brinca, faz educação física, a gente joga handebol” e, o S7 “A escola eu me sinto bem, eu gosto de estudar”, na síntese do S2 a escola serve “Pra aprende”, o S1 tem algumas ressalvas quanto à escola, que serão apresentadas logo mais, mas mesmo assim, quando perguntamos “E de estudar você gosta?” a resposta foi positiva.

A escola ocupa espaço em nossa memória afetiva, como comenta Kolb-Bernardes (2010, p. 74) “Olhar e reviver os espaços da escola como um lugar da nossa memória afetiva significa reconhecer e reviver os cantos da escola como um caminho profícuo para o resgate dos significados neles imbricados e refletidos com todos aqueles que viveram e vivem nesses espaços.” Assim percebemos a reflexão do S5 com relação à escola “Eu tenho amigo legais, gosto de brincar com meus amigos, não brigo na escola, não gosto de brigar e os meus melhores amigos dão carinho pra mim e eu dou carinho pra eles. Estudo bem, tiro notas boas às vezes”.

¹⁴ O S6 usa o nome “Peti” para se referir ao SCFV, isso se deve a uma reordenação recente da política de assistência social em que as crianças e adolescentes que frequentavam o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) passam a ser público prioritário de atendimentos para o SCFV.

Pode ocorrer, no entanto, que no lugar de uma boa lembrança, a escola deixe marcas não tão positivas como na fala do S1 que ao responder o que pensa sobre a escola diz “É ruim” e apresenta seus motivos dizendo “Os piá só ficam brigando com nós” e, na memória do S6 aparecem constatações sobre os gostos e os desgostos, sucessos e fracassos “As veiz tem atividades mais boas outras mais ruins. A outra que eu gosto é português e matemática, o que eu não gosto muito de inglês, fiz a prova e tirei 6. A prova de matemática é bem facinha, de inglês que é ruim, eu não sei quase nada”. O S7 representa uma dualidade de sentimentos com relação à escola “Ah tem horas que eu sinto que está bom, tem horas que me dava vontade sair”

De alguma forma os sujeitos demonstram gostar da escola ou do estudo e não podemos deixar de dar atenção as falas que registram sentimentos de não pertencimento ou de aborrecimento com relação ao espaço escolar, seja por um mau relacionamento entre colegas que ocupam o mesmo espaço, seja por não gostar e não ter sucesso em uma ou outra disciplina.

E, por fim, para quê a escola é importante? Conforme a resposta dada pelo S6 “Porque a gente aprende”, fato inegável, o que leva as crianças e adolescentes à escola são motivos variados, agora, algo que não se pode escapar estando nela é de aprender. Aprender algo, não necessariamente conteúdos, mas aprendizagens variadas que transformam os seres e os projetam na sociedade.

Desta forma a escola tem potencial de promover muito além do acolhimento das crianças e adolescentes, de orientá-los e prepará-los para a vida. Mais especificamente, preparar os adolescentes para o mercado de trabalho, oferecer-lhes informações sobre cuidados com o corpo e sobre o desenvolvimento da sexualidade, ajudá-los a projetar ideais para o futuro e mostrar-lhes possibilidades para prosseguir com os estudos.

O adolescente necessita de alguém em quem se espelhar, é o mostra um estudo desenvolvido por Coutinho e Rocha. A pesquisa destes autores discute o papel da psicanálise no trabalho com grupos de adolescentes, comentam que existe a transferência do adolescente ao analista “que oscila entre ocupar o lugar de um Outro a quem ele está alienado (ex. professor, pai, mãe)” (2007, p. 75), o mesmo acontece as crianças e adolescentes institucionalizadas, este encontro no Outro, a possibilidade de carregar o Outro de sentidos e significados “com quem ele pode e deve se posicionar de maneira singular, apropriando-se daquilo que justamente o constitui”. (2007, p. 75).

Os ambientes acolhedores, casa de acolhimento institucional, a escola, o SCFV, se configuram em locais com potencial para promover a resiliência e o fortalecimento da autonomia naqueles que passam pela situação de desvinculo familiar, para compreender em que níveis o ambiente poderá contribuir para a promoção de resiliência, buscamos os estudos de Libório (2010) que se deu ao trabalho de compreender os estudos do canadense Michael Ungar.

Libório & Ungar (2010) em um artigo onde apresentam a construção social do conceito de resiliência e as implicações nas práticas com adolescentes em situação de risco, explicitam o conceito de resiliência oculta ou “*hidden resilience*”, (termo original construído pelo autor canadense Michael Ungar), apontam a existência da abordagem ecológica que considera o risco e a resiliência como termos correlacionados, de acordo com estes autores “No paradigma ecológico, resiliência tem sido definida basicamente como saúde apesar de adversidades (p. 478)”, este paradigma se encontra atrelado à concepção construcionista defendida por Ungar que define resiliência como “‘o resultado de negociações entre indivíduos e seus ambientes por recursos que os definem como saudáveis em meio a condições coletivamente vistas como adversas’ (Ungar, 2004, p. 342).”

Na proposta pós moderna de Ungar, “os indivíduos e discursos sociais nos quais participam, moldam negociações que determinarão se um fator de proteção num nível ou no outro (por exemplo: um relacionamento interpessoal específico, uma interação comunitária ou prática cultural) promoverão resiliência”. Percebemos nesta concepção o importante papel do meio, posto aqui como potenciador ou promotor de resiliência.

Para o autor existem fatores de proteção e estes podem influenciar no desenvolvimento da resiliência conforme o significado que a pessoa dá a estes fatores, Libório e Ungar (2010, p. 478-479), apontam

[...] que os processos de navegação das crianças e adolescentes em direção a recursos protetivos dependerá da qualidade dos recursos que têm maior relevância para eles, bem como da capacidade de negociação com aqueles que fornecem os recursos aos quais as crianças e adolescentes percebem que são necessários para seu bem-estar. Retomamos como exemplo, contextos sociais e culturais nos quais o processo de escolarização não é significativo para crianças e adolescentes. Nessa situação, a inserção mais precoce em atividades de aprendizado associados com os negócios de sua família ou a participação em ritos de passagem apropriados a sua idade, que marcam a transição para a vida adulta, poderão ser mais reconhecidos como caminhos em direção à resiliência do que a frequência escolar.

À luz de nossos estudos, entendemos que os autores apontam para o reconhecimento dos fatores que tem potencial para construção da resiliência para cada ser, estes fatores se alteram de pessoa para pessoa, um mesmo contexto pode representar níveis protetivos (ou potencial para construção da resiliência) diferenciados para cada ser inserido nele.

Considerações finais

A maioria dos entrevistados elucidou uma visão de família, de acordo com princípios morais e legais de afeto, cuidado e proteção. Impera, então, o sentimento, por menor que fosse a relação afetuosa que estas crianças e adolescentes tinham em suas antigas casas, ainda assim, é importante para elas. Assim, registramos que emocionalmente as crianças e adolescentes ainda sentem vínculo com suas famílias originais, Gomes e Pereira (p. 359) registram que

O estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o *locus* para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos.

A posteriori, consideremos a situação das crianças e adolescentes sujeitos desta pesquisa, que estão encarando o desvinculo físico com relação à família e, para alguns, também emocional, estes indivíduos estão construindo um processo que vai da dependência para a independência, para Winnicott (1983, p. 80), “A independência nunca é absoluta. O indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes.”

A situação de acolhimento institucional é vista em duas facetas distintas, de um lado ela é uma medida protetiva e necessária em casos onde a família não pode garantir a proteção de seus filhos, de outro lado, esta situação pode ser vista como contraditório ao direito básico das crianças e adolescentes de conviver com a família. Ainda, importante colocar um sentimento instalado em meio a esta situação, o sentimento de dúvida, por que estando na casa acolhedora não se sabe se voltarão para a família, se ficarão na instituição até a maior idade, ou se serão adotados.

A resiliência é um processo psicológico construído, desenvolvido e praticado por todos os seres diariamente, na pesquisa observamos este processo junto ao contexto das crianças e adolescentes em situação de desvinculo familiar e analisamos o potencial que os ambientes acolhedores, a instituição de acolhimento, a escola e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tem como promotores de resiliência. Em resumo, cada criança cria vínculos com esses novos contextos onde são inseridos e as experiências cotidianas somadas às capacidades psicológicas se configurarão em potencial para a construção da resiliência, possibilitando a estes indivíduos adaptarem-se em novos ambientes e conviverem com novas pessoas, além disso, de fazerem planos para o futuro.

Os ambientes acolhedores são espaços de convívio social e de reconstrução dos laços e representações, de novas adaptações, são seres em “situação” como aponta Freire (1983, p. 119) “Sendo os homens seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam.” Os adultos que passam a conviver com as crianças e adolescentes podem ser suas novas referências na vida, podem orientar, ensinar valores.

O ser humano é, então, além de biológico, um ser social e histórico, que se constrói no meio, interage e aprende na alteridade, como comenta Coutinho e Rocha (2007, p. 75) que há um “[...] fato humano de que somos necessariamente alienados ao Outro (simbólico), mas podemos tirar conseqüências absolutamente singulares desta alienação e assim nos servir dela.” Este excerto nos

remete à importância que tem os adultos com quem convivem os sujeitos desta pesquisa, seja na escola, no SCFV ou na instituição acolhedora.

Kolb-Bernardes (2010, p. 74) nos convida em sua pesquisa a pensar na escola “[...] como um espaço de acolhimento; um espaço para o diálogo com os nossos desejos, sonhos, angústias e incertezas; um lugar do afeto, da memória, de compartilhar a história de vida de cada um.” No ambiente escolar se cria uma memória afetiva com coisas e as pessoas que lá nos rodeia diariamente.

A autora (2010, p. 81) conclui ao término da pesquisa “Essa experiência me revelou como é importante ouvir e se sentir ouvida na escola. Falar de nós mesmos cria um vínculo para aquele que fala e também para aquele que escuta [...]”. O diálogo na escola é libertador, como registrado por Freire (1983, p. 94) “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não é possível o diálogo.”

O que será dos poucos sonhos que ainda restam no íntimo destes seres se a escola não for capaz de alimentá-los?

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. ed. 2. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, 16 de julho de 1990. Índice elaborado pela Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, gestão 2012/2014.

COSTA, Ileno Izídio da. O sujeito, os contextos e a abordagem psicossocial no uso de drogas. p. 46 – 65. In: _____. BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. ed. 6. Brasília, DF: SENAD/MJ/NUTE-UFSC, 2014. 312 p.

COUTINHO, Luciana Gageiro; ROCHA, Ana Paula Rongel. Grupos de reflexão com adolescentes: elementos para uma escuta psicanalítica na escola. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 19, n.2, p. 71 – 85, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a06v19n2.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**. Universidade Federal do Ceará. 2005. p. 357-363. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

KOLB-BERNARDES, Rosvita. Segredos do coração: a escola como espaço para o olhar sensível. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 30, n. 80, p. 72-83, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n80/v30n80a06.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

LADVOCAT, Cynthia. Famílias com crianças e adolescentes em situação de risco. P. 39 - 50. In.:_____. OSORIO, Luiz Carlos; DO VALLE, Elizabeth Pascual; (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2011. 275 p.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; UNGAR, Michael. Resiliência Oculta: A construção Social do Conceito e suas Implicações para Práticas Profissionais junto a Adolescentes em Situação de Risco. **Psicologia: Reflexão Crítica**. 2010. p. 476 – 484.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e pesquisa**. São Paulo: USP, vol. 30, n. 2, p. 289-300. maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/2SF/Metodologia_Qualitativa_de_Pesquisa.pdf>. Acesso em: 21 nov.. 2014.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OSORIO, Luiz Carlos. Novos rumos da família na contemporaneidade. p. 17 – 26. In.:_____. OSORIO, Luiz Carlos; DO VALLE, Elizabeth Pascual; (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2011. 275 p.

POLETTTO, Michele; WAGNER, Tânia Maria Cemin; KOLLER, Silvia Helena. Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: uma visão em perspectiva. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 20, n. 3. Set./Dez., 2004. p. 241-250.

SOUZA, Adriana Lenira Fornari de; et al. A família como núcleo socializador. p. 29-41. In.:_____. ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Mediação de conflitos e família: uma visão psicossocial da Intervenção no judiciário**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

Recebido em: 23.12.2015

Aceito em: 19.06.2017